

Discurso do Presidente Valdecir Pascoal na Sessão Solene da Alepe que celebra os 56 anos do TCE-PE - 18.11.2024

SAUDAÇÃO

Reunimo-nos hoje neste espaço sagrado da democracia pernambucana para celebrar os 56 anos de uma instituição que não apenas integra a história do nosso Estado, mas a molda continuamente: o Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco. Permitam-me iniciar com um profundo agradecimento à Assembleia Legislativa, ao Deputado Sileno Guedes, parlamentar atuante e servidor exemplar do TCE-PE, ao Presidente Álvaro Porto e a todos os parlamentares, pela generosidade desta homenagem que tanto nos enche de orgulho.

A Assembleia Legislativa de Pernambuco, também chamada de Casa de Joaquim Nabuco, é o local mais

adequado para rememorar a trajetória do TCE-PE, não só pela irmandade de propósitos, conferidos pela Constituição Federal no exercício da função republicana do Controle Externo, mas também pela sintonia entre os patronos de cada instituição.

Nabuco, gigante da história brasileira, dedicou sua vida a combater a escravidão, sistema que envergonhava a humanidade. Foi um sonhador pragmático, um defensor da ética como norte para as instituições e os indivíduos. Em paralelo, Rui Barbosa, patrono dos Tribunais de Contas, também deixou um legado imenso ao lutar pela moralidade pública e pela criação de mecanismos que protegessem os recursos da sociedade. Hoje, ao celebrarmos os 56 anos do TCE-PE, rendemos tributo a esses dois estadistas, que, embora atuassem em campos diferentes, compartilhavam a crença de que a ética e a justiça são os pilares de qualquer nação.

A história de avanços numa construção coletiva

É impossível narrar a história do TCE-PE sem destacar o papel visionário do então governador Nilo Coelho, responsável por sua criação oficial em 1967, por meio da

Lei Estadual nº 6.078. Reconhecendo a necessidade de um órgão independente para fiscalizar a administração pública e garantir o uso eficiente dos recursos públicos, Nilo Coelho lançou as bases do que viria a se tornar uma das instituições mais respeitadas do Estado. Foi sob sua liderança que o TCE-PE deu os primeiros passos, com a posse dos cinco primeiros conselheiros (então chamados de “ministros”) e a estruturação inicial do órgão, plantando a semente de uma instituição que, décadas depois, se tornaria sinônimo de excelência e inovação no controle externo.

Nossos marcos históricos são muitos e merecem destaque. Desde as modestas instalações na Rua do Hospício até o complexo moderno da Rua da Aurora, onde hoje funcionam os Edifícios Dom Hélder Câmara e Nilo Coelho, o TCE-PE foi alicerçando sua estrutura. Nesta profícua caminhada institucional, lembro a interiorização do Tribunal, com a criação das Inspetorias Regionais: Garanhuns, Petrolina, Arcoverde, Salgueiro, Bezerros, Palmares, Surubim e Metropolitanas.

Destaque especial para a criação da Escola de Contas, em 1998, e da Ouvidoria, em 2001, verdadeiras vitrines nacionais de nossa instituição. A escola, reconhecida

recentemente como Órgão Superior de Ensino, é o nosso braço educador por excelência, capacitando nossos servidores, os gestores públicos e fortalecendo o controle social por meio do emblemático programa “Tecendo Cidadania”. Já a Ouvidoria, abrindo nossas portas e janelas para ouvir e atender o cidadão. Realce igualmente para a Corregedoria Geral, zelando por nossa ética e desempenho, e a Procuradoria Jurídica, que nos garante segurança jurídica em nossas ações de gestão e a defesa judicial de nossas competências.

A modernização tecnológica foi outro divisor de águas. Com a implementação dos sistemas de envio digital de documentos pelos gestores - a exemplo do “Sagres” e do atual “Remessa” -, e do processo eletrônico. Outro destaque foi a criação do portal “Tome Conta”, que abriu as portas da fiscalização para a sociedade, permitindo que cada cidadão pudesse acompanhar, em tempo real, a aplicação dos recursos públicos. Essas iniciativas colocaram Pernambuco na vanguarda do controle social e da transparência.

Os últimos tempos também têm sido de inflexões. Mantendo a tradição de zelar pela legalidade, responsabilidade fiscal e prevenção, por meio de alertas e

medidas cautelares, o TCE-PE passou a focar o seu controle na avaliação de políticas públicas, a exemplo daquelas relacionadas com a educação (primeira infância, transporte escolar, infraestrutura das escolas, vacinação, creches, alfabetização); saúde; meio ambiente (fim dos lixões, saneamento básico, risco de desastres naturais); segurança pública; patrimônio histórico e proteção dos idosos. Levantamentos e diagnósticos em todas essas áreas são realizados periodicamente, além da instauração de auditorias operacionais que objetivam colaborar com a gestão para melhorar o desempenho, os resultados e a qualidade das políticas públicas em favor do cidadão.

Ressalte-se, ainda, no campo do controle, e em sintonia com o moderno direito administrativo e processual, a recente aprovação de uma regulamentação que lança as bases, no TCE, de mecanismos que permitirão a resolução consensual de conflitos de forma motivada, em casos revestidos de alta complexidade. O consensualismo, consubstanciado no diálogo republicano entre gestão, contratado e controle, é mais um passo seguro que a instituição dá com vistas a superar os formalismos que travam inutilmente políticas públicas essenciais para melhorar a vida do cidadão.

Há poucos dias, demos um passo largo no quesito inovação: incorporamos a inteligência artificial em nossas práticas. Desenvolvemos a solução chamada “Aurora”, ferramenta segura baseada em IA generativa, que tem o potencial de revolucionar a forma como conduzimos a fiscalização, apreciamos as contas, mantemos comunicação com a sociedade e auxiliamos a gestão pública.

Nenhuma dessas conquistas seria possível sem o nosso quadro de pessoal, que se consolidou como o grande alicerce do Tribunal. Após a Constituição de 1988, o TCE-PE assumiu, de forma ainda mais contundente, o compromisso com a profissionalização, a meritocracia e a observância do modelo de composição exigido pela Constituição Federal. A realização de diversos concursos públicos garantiu a entrada de servidores altamente capacitados, que hoje formam um corpo de excelência, referência para a Administração Pública brasileira. Diga-se o mesmo dos seus membros: conselheiros e conselheiros substitutos, bem como dos procuradores de contas do Ministério Público Especial.

São esses homens e mulheres, membros, auditores, analistas, procuradores, assessores e todos os demais

colaboradores que, diariamente, dedicam suas competências e talentos ao cumprimento da nossa missão. Com rigor técnico, espírito público, experiência, equilíbrio e criatividade, eles asseguram que o TCE-PE seja reconhecido nacionalmente. A eles, minha mais profunda gratidão e reconhecimento.

Diálogo Institucional e defesa da Democracia

Em um momento de grandes desafios para a democracia no Brasil e no mundo, a existência de instituições fortes e comprometidas é mais essencial do que nunca. Vivemos uma época em que o avanço da desinformação e o questionamento sistemático das instituições públicas ameaçam a confiança social. Os Tribunais de Contas, assim como a Alepe, têm um papel essencial nesse contexto, funcionando como garantidores da integridade e da eficiência na gestão pública.

O diálogo institucional, outra exigência capital desta quadra histórica, deve ser construído com base na confiança, na transparência e na cooperação. A Alepe e o TCE-PE, sob a liderança do Presidente Álvaro Porto e seus 49 Deputados, são exemplos de uma relação institucional republicana,

democrática e cooperativa, que busca o máximo de convergências e respeita pontuais e legítimas divergências. O mesmo se diga em relação aos demais Poderes – Executivo e Judiciário – e aos órgãos autônomos do Estado, como o Ministério Público de Pernambuco (MPPE) e a Defensoria Pública. Saibam todos que a defesa de nossas prerrogativas estará sempre sintonizada com o respeito institucional e a capacidade de dialogar com espírito solidário.

Conselhos de Joaquim Nabuco e Rui Barbosa

Finalizo, senhoras e senhores, num exercício de imaginação: o que diriam Joaquim Nabuco e Rui Barbosa se pudessem dirigir-se a nós nesta celebração? Talvez iniciassem lembrando as batalhas que travaram em suas jornadas: Nabuco contra a escravidão, a maior mancha da nossa história, e Rui Barbosa pela moralidade pública em um tempo de transformações institucionais profundas.

Nabuco nos diria algo assim:

“Lutei pela abolição porque acreditava que nenhuma sociedade pode prosperar sobre as bases da injustiça. Vejo no TCE-PE um esforço contínuo para combater as novas

formas de desigualdade e opressão. Sigam firmes na missão de garantir que as políticas públicas sejam usadas para o bem comum, especialmente para os mais vulneráveis. Essa é a verdadeira liberdade que deve inspirar toda democracia.”

E Rui Barbosa talvez completasse:

“Combati o mau uso do dinheiro público porque sabia que tal prática mina a confiança nas instituições e destrói as bases de qualquer república. Vocês, do TCE-PE, são herdeiros dessa missão. Com modernas ferramentas de fiscalização e buscando compreender os obstáculos reais enfrentados pelos gestores, vocês demonstram que o controle externo pode ser moderno, eficiente, cooperativo e comprometido com a ética. Continuem a ser a voz da lei e da razão, porque a democracia precisa de instituições que inspirem confiança e orgulho.”

Que estas palavras imaginárias nos sirvam de guia. Neste aniversário de 56 anos, agradecendo mais uma vez à Alepe pela homenagem, o TCE-PE renova seu compromisso com os valores que nos trouxeram até aqui: a ética, a transparência e a dedicação ao interesse público. Seguiremos avançando e buscando aprimoramentos,

inspirados pelo legado de baluartes como Nabuco e Rui Barbosa, e determinados a construir um futuro melhor para Pernambuco e para o Brasil, sempre a serviço do cidadão!

Em nome do TCE-PE, nosso fraterno abraço e a nossa gratidão à Assembleia Legislativa do nosso Estado e a todos os presentes nesta solenidade.